

Distúrbios Psiquiátricos Menores e Fatores Associados em Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul/Brasil¹

Minor Psychiatric Disorders and Associated Factors in Teachers of Private Education in Rio Grande do Sul/Brazil

**Janine Kieling Monteiro, Luciana Gisele Brun,
Anelise Schaurich Santos, Amanda Gabriela Oliveira Tundis**
Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Av. Unisinos, 950, Cristo Rei, 93020-190, São Leopoldo, RS, Brasil
janinekm@unisinos.br, lubrun@gmail.com, anelise_ssantos@hotmail.com, amandatundis@bol.com.br

Sani Belfer Cardon
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Escola de Humanidades.
Programa de Pós-Graduação em Educação - Doutorando
Avenida Ipiranga, 6681, Jardim Botânico, 90619-900, Porto Alegre, RS, Brasil
scardon@puccrs.br

Resumo: A profissão docente tende a ser desempenhada em contextos desfavoráveis nos aspectos administrativo, financeiro, ergonômico e social. Tais riscos costumam acarretar prejuízos à saúde dos professores. Este estudo objetivou verificar a prevalência e os fatores associados aos distúrbios psiquiátricos menores (DPM) em docentes do ensino privado do Rio Grande do Sul/Brasil. Trata-se de uma pesquisa quantitativa do tipo descritiva e comparativa. Participaram do estudo 740 docentes da rede privada de educação do estado, os quais responderam um questionário online, contendo questões descritivas (dados pessoais e laborais), a Escala de Avaliação do Contexto do Trabalho e o *Self-Reporting Questionnaire*. Os resultados indicaram uma prevalência de DPM de 55% no grupo estudado. As principais características associadas aos DPM foram: atuar na educação infantil, ter menor carga horária, trabalhar há menos tempo na docência e em mais de uma instituição e pior avaliação do contexto de trabalho. Destaca-se a necessidade de ampliar as políticas públicas e os serviços de promoção de saúde voltados a esses profissionais. **Palavras-chave:** Professores, Transtornos Mentais, Saúde do Trabalhador.

Abstract: The teaching profession tends to be carried out in unfavorable administrative, financial, ergonomic and social contexts. Such risks usually cause damage to teachers' health. This study aimed to verify the prevalence and factors associated with Minor Psychiatric Disorders (MPD) in teachers from private sector in Rio Grande do Sul/Brazil. It is a quantitative, descriptive and comparative research. Seven hundred and forty teachers from the state were participants in this study. They answered an online questionnaire containing descriptive questions (personal and work data), Work Context Assessment Scale and Self-Reporting

¹ Artigo proveniente de pesquisa financiada pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS)

Questionnaire. Results indicated a MPD's prevalence of 55% in the studied group. The main characteristics associated to the MPD were: to work in early childhood education, to have a shorter workload, to work less in teaching and in more than one institution, and worse evaluation of the work context. Emphasis is placed on the need to expand public policies and health promotion services for these professionals.

Keywords: Teachers, Mental Disorders, Occupational Health.

Introdução

No decorrer dos últimos anos, observou-se o aumento do número de publicações sobre a saúde mental dos professores brasileiros e suas relações com as características e o contexto do trabalho (Borba, Diehl, Santos, Monteiro, e Marin, 2015; Diehl e Marin, 2016). Tal contexto seguidamente é demarcado por riscos (1) administrativos, como, alta demanda de trabalho, baixa autonomia, baixa participação nas decisões administrativas da escola, pouco tempo para realização das tarefas, (2) financeiros, isto é, baixo salário e necessidades de vários postos de trabalho, (3) ergonômicos, a saber, ruídos excessivos na sala de aula, baixa luminosidade e número inadequado de alunos por sala de aula e (4) sociais, por exemplo, desprestígio social, violência, drogas no contexto escolar e relação deteriorada com colegas de trabalho (Damásio, Melo, & Silva, 2013).

As publicações revelam preocupação atribuída a diversos fatores relacionados às mudanças no modo de atuação docente ocorridas nos últimos anos, à desvalorização profissional e às consequências sobre a saúde dos professores, por exemplo, o *burnout* (Borba et al., 2015; Silva, Maia, Lima, Guedes, Pedreira, Silva e Petroski, 2017) e a depressão (Silva e Carvalho, 2016), os quais causam afastamento do trabalho (Macaia & Fischer, 2015). Este cenário tem contribuído para a diminuição de jovens interessados na carreira docente, promovendo apreensão com a qualidade e o futuro da educação bem como tendência ao abandono desta carreira pelos professores mais experientes (Camargo, 2012).

As principais queixas dos docentes, identificadas em estudos epidemiológicos desenvolvidos entre 1996 e 2007 na Bahia, foram associados à problemas vocais, osteomusculares e de saúde mental. Os estudos indicaram importantes relações entre

o ambiente escolar e os aspectos da organização do trabalho com as consequências sobre a saúde docente (Araújo e Carvalho, 2009).

Neste artigo, os sinais de adoecimento serão estudados a partir dos distúrbios psiquiátricos menores (DPM), também chamados de transtornos mentais comuns (TMC). Os DPM são um conjunto de sintomas neuróticos, como a insônia, a irritabilidade, a fadiga, o esquecimento, a dificuldade de concentração e as queixas somáticas (Araújo, 2010). A identificação de DPM traduz sinais de sofrimento e de potencial patologia psíquica nos professores.

O levantamento da prevalência de DPM entre professores da rede pública municipal de Tocantins, Palmas, foi de 49,5%, e associada ao absenteísmo e à ausência de exercícios físicos (Baldaçara et al, 2015). Na rede pública estadual e municipal de Pelotas, Rio Grande do Sul, um estudo identificou a prevalência de 17,9% DPM entre os professores de educação infantil e uma importante queixa com a adequação do mobiliário gerando dores na coluna, ombros e pescoço (Silva e Silva, 2013). Estas prevalências mostraram grande variação e refletem dados de diferentes níveis de ensino e localização geográfica, todavia, os mesmos foram desenvolvidos em escolas públicas brasileiras indicando a imprecisão e o baixo reconhecimento das condições de saúde mental entre os professores de escolas privadas.

No ensino privado, o trabalho dos professores é caracterizado pela aceleração do ritmo devido às mudanças impostas pela competição pelo aluno-cliente, assim como pelo modo de gestão baseado na sustentabilidade econômica do negócio, também chamada de mercantilização do ensino. Entre as principais mudanças no modo de trabalhar docente estão o enxugamento da estrutura administrativa no intuito de cortar custos, levando ao professor a cobrança por competências multiprofissionais e extra sala de aula (Cericato, 2016). Além disso, no ensino superior, a migração para os modelos de educação híbridos e à distância tem diminuído a demanda por aulas presenciais em diversos cursos e aumentado o número de alunos por professor no ambiente virtual. Ao mesmo tempo, a necessidade de atualização dos professores quanto às suas disciplinas tem acelerado nos últimos anos em

consequência das constantes atualizações promovidas pelos avanços das ciências e dos novos métodos de ensino (Cunha e Cunha, 2015). Mais recentemente, a ameaça de demissão, no caso do ensino privado, tem se mostrado um problema urgente.

No Brasil, o cenário político apresenta modos de controle sobre os resultados acadêmicos, o que tem se imposto com novas demandas às escolas e aos professores em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1996). São as medidas de desempenho em provas nacionais, como por exemplo, o vestibular, o Exame Nacional do Ensino Médio, o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes, além dos indicadores de produção acadêmica de docentes. Estes critérios de avaliação, quando contextualizados no ensino privado, são utilizados como parâmetro de contratação e demissão de professores, além da satisfação do aluno-cliente e das famílias pagantes. A consequência é a insegurança no emprego e a cobrança por aperfeiçoamento constante.

Outro fator que tem levado à insegurança é a reforma trabalhista que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidência da República no mês de novembro de 2017, sob a lei nº 13.467 (Brasil, 2017). Esta mudança nas regras entre o empregador e o empregado permite uma flexibilização das normas que regem o contrato de trabalho, precarizando os vínculos e o investimento docente no seu labor que, por efeito, afeta a qualidade da educação oferecida aos alunos.

Entre as mudanças danosas para os professores estão o trabalho intermitente e o não acompanhamento dos sindicatos no momento da rescisão de contrato. O primeiro aspecto diz respeito a convocar o professor para execução de atividades profissionais somente quando a instituição precisar de mão de obra. Isto influenciará diretamente na estabilidade no emprego e na remuneração do professor e será diferente do modelo anterior, no qual existia um contrato de trabalho durante o ano inteiro e, conseqüentemente, uma remuneração por todo este período, levando em consideração o recesso dos alunos, férias, planejamentos e reuniões que fazem parte do escopo do trabalho educativo.

Em relação a rescisão do contrato, sabe-se que este momento se caracteriza pela vulnerabilidade do professor diante da instituição de ensino, principalmente quando a decisão parte do empregador. Desta forma, este é um momento de grande preocupação, e que remete a desgastes e desconfortos que ocorreram durante a contratualidade do trabalho. Ao perceber isto, o sindicato dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) desenvolveu um projeto denominado “VAMOS”, o qual tem objetivo de apoiar os professores em um dos momentos mais difíceis da sua trajetória profissional: a rescisão do contrato (Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul, 2017). O projeto oferece aos professores o acompanhamento por diretores sindicais, profissionais da área do direito e profissionais na área da saúde mental, oferecendo espaço para trabalhar a perda que, muitas vezes, pode ser considerada como um “luto” por parte do docente.

Mais uma mudança aprovada na nova lei prevê que o professor que recebe duas vezes acima do teto da previdência social brasileira possa ser chamado pelo empregador, pessoalmente, a qualquer momento, para negociar a sua redução salarial. Esta dinâmica fragiliza o indivíduo, sendo outro fator de incidência sobre a sua saúde mental.

Diante deste cenário, questiona-se: quem são os professores que trabalham no ensino privado e como se encontra a sua saúde mental? Sabe-se que as formas como as características do trabalho repercutem no profissional variam tanto de ambiente para ambiente quanto de pessoa para pessoa (Damásio et al., 2013). Entretanto, o contexto de trabalho adverso em que a maioria dos professores exerce suas atividades profissionais favorece o aumento do adoecimento mental e a diminuição dos índices de bem-estar dessa categoria (Damásio et al., 2013; Mendonça, Ferreira, Caetano, & Torres, 2014). Por essa razão, faz-se importante a identificação de sinais de adoecimento mental entre os professores do ensino privado. Este estudo objetivou verificar a prevalência e os fatores associados aos distúrbios psíquicos menores (DPM) em professores do ensino privado do Rio Grande do Sul/Brasil.

Método

Este estudo é uma pesquisa quantitativa do tipo descritiva e comparativa com coleta transversal (Sampieri, Collado e Lucio, 2013). Trata-se de um recorte do projeto intitulado “A Saúde Mental dos Professores da Rede Privada de Ensino do Rio Grande do Sul”, o qual caracterizou-se como estudo misto e teve como objetivo geral investigar aspectos do contexto de trabalho e variáveis sócio demográficas e laborais que podem influenciar na saúde mental dos professores do ensino privado do Rio Grande do Sul. Foi desenvolvido em parceria com a Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul (FETEEESUL).

Participantes

Participaram deste estudo 740 docentes da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul, os quais atuavam nos níveis: infantil (7,6%), fundamental (17,9%), médio (13,1%) e superior (61,3%) com idades entre 18 e 72 anos ($m = 43,46$; $DP = 11,08$). A maioria era do sexo feminino (70,1%), casada ou em união estável (66,4%), com filhos (60,7%). O tempo de exercício profissional variou de um ano a 52 anos ($m = 15,29$; $DP = 10,33$) e o tempo de trabalho na instituição de ensino de um ano a 43 anos ($m = 10,42$; $DP = 8,75$). Os professores trabalhavam entre quatro horas semanais e 60 horas semanais ($m = 29$ horas; $DP = 11,9$). Grande parte da amostra se enquadrava na renda mensal de um a três salários mínimos (26,9%), seguido pela faixa de cinco a oito salários mínimos (26,2%), considerando o valor R\$1.276,00 para um salário mínimo, vigente na época de coleta de dados da pesquisa.

Os participantes foram acessados, inicialmente, a partir de um cadastro fornecido pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), independentes de serem filiados ou não ao sindicato, e, posteriormente, por divulgação da pesquisa em redes sociais. Incluiu-se na amostra professores atuantes no Rio Grande do Sul, que exerciam a docência há pelo menos um ano. Foram excluídos professores aposentados e afastados do trabalho. Alguns docentes trabalhavam em mais um de uma instituição de ensino (30,0%) e/ou exerciam

atividade profissional remunerada além de lecionar (32,6%). No caso de um docente atuar em mais de um nível de ensino, solicitou-se que o professor marcasse o de maior carga horária e respondesse ao estudo refletindo sobre o trabalho neste âmbito.

Instrumentos

Os dados foram coletados por meio de um questionário autoaplicável composto por três instrumentos. Eles estão descritos a seguir.

1. Questionário sociodemográfico, de saúde e laboral: destinado a caracterização da amostra e avaliação de variáveis do contexto de trabalho e saúde do professor. Englobou questões como sexo, idade, escolaridade, nível de ensino de atuação, tempo de docência, tempo de trabalho na instituição, carga horária, presença de problemas de saúde, busca por atendimento psicológico e/ou psiquiátrico, entre outras.

2. *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20; Mari e Williams, 1986): utilizado para rastreamento de DPM por meio da identificação de sintomas não psicóticos, por exemplo, insônia, fadiga, irritabilidade, esquecimento, dificuldade de concentração e queixas somáticas. Ele é composto por 20 perguntas, as quais englobam quatro grupos de sintomas: (1) humor depressivo-ansioso, (2) pensamentos depressivos, (3) sintomas somáticos e (4) decréscimo de energia vital (Santos, Araújo, e Oliveira, 2009). As respostas são do tipo sim/não. Cada resposta afirmativa pontua com o valor 1 para compor o escore final por meio do somatório desses valores. Os escores obtidos estão relacionados com a probabilidade de presença de transtorno não psicótico, os quais variam de 0 (nenhuma probabilidade) a 20 (extrema probabilidade) (Gonçalves, Stein, e Kapczinski, 2008). O ponto de corte para mulheres é 7/8 e para homens é 5/6 (Mari & Williams, 1986). Neste estudo, adotou-se o ponto de corte mais elevado para ambos os sexos, visando maior rigor na interpretação dos dados. O SRQ-20 é recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para estudos comunitários e em atenção básica à saúde, principalmente nos países em desenvolvimento, devido à facilidade de uso e ao custo reduzido (Mari & Williams, 1986). Em um estudo realizado com 485

indivíduos de uma comunidade urbana de Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul/Brasil, a consistência interna do instrumento foi de $\alpha = 0,86$ (Gonçalves et al., 2008). Em relação aos trabalhadores, o instrumento revelou consistência interna de $\alpha = 0,80$ em uma pesquisa executada com 1.311 indivíduos de Feira de Santana, Bahia/Brasil (Santos et al., 2009) e de $\alpha = 0,86$ com 381 agentes socioeducadores dos CASEs do Rio Grande do Sul/Brasil (Greco, Magnago, Urbanetto, Luz, & Prochnow, 2015). Essas evidências de validade subsidiaram a escolha desse instrumento para o *screening* de DPM em professores da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul/Brasil.

3. Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho (EACT; Mendes e Ferreira, 2007): esta é composta por três subescalas: (1) organização do trabalho (11 questões com confiabilidade de 0,72 que se referem à liberdade, ritmo e carga de trabalho), (2) relações socioprofissionais (10 itens com confiabilidade de 0,87 que investigam aspectos diversos da relação entre colegas e chefias) e (3) condições de trabalho (10 itens de confiabilidade 0,89, que avaliam aspectos físicos e materiais das instituições de atuação). A escala é do tipo *likert* formada por cinco pontos que vão de 1 a 5 (1 = nunca, 2 = raramente, 3 = às vezes, 4 = frequentemente, 5 = sempre). Os itens são negativos e devem ser analisados a partir das médias de cada uma das três dimensões com base em três níveis diferentes: acima de 3,7 corresponde a avaliação negativa, grave; entre 2,3 e 3,69 corresponde à avaliação mais moderada, crítica; abaixo de 2,29 corresponde a avaliação mais positiva, satisfatória. A escala total possui *eigenvalores* de 1,5, variância total de 38,46%, KMO de 0,93 e correlações acima de 0,25.

Procedimentos de Coleta de Dados e Éticos

A coleta de dados ocorreu exclusivamente via internet (*on-line*). A população de professores que desenvolvia atividades profissionais em instituições privadas em diferentes municípios do Rio Grande do Sul/Brasil foi convidada a participar da pesquisa por meio de um e-mail contendo a apresentação, os objetivos e a indicação do *link* com os instrumentos a serem respondidos. A mensagem de correio eletrônico foi encaminhada por intermédio do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul

(Sinpro/RS), que enviou o convite a todos os docentes, independente de ser credenciado ou não ao sindicato. O *link* da pesquisa também foi divulgado em redes sociais, a fim de atingir maior número de participantes. A coleta foi realizada em dois períodos de anos distintos com participantes diferentes: (1) entre outubro e dezembro do ano de 2015 e (2) entre março e maio do ano de 2016.

Aqueles que concordaram em participar da pesquisa acessaram o *link* indicado no e-mail e nas redes sociais para ter acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aos instrumentos. O TCLE continha informações sobre os objetivos da pesquisa, a pesquisadora responsável, os riscos e os benefícios de participação no estudo. Apenas após assinalar a palavra “sim”, o participante tinha acesso aos instrumentos.

A presente pesquisa iniciou somente após a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (CEP/Unisinos), sob o registro nº 15/079. Foi resguardado o sigilo a respeito das informações coletadas e o anonimato da identidade dos participantes. Foram observados todos os preceitos éticos previstos nas Resoluções nº 466/12 e nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2012; Brasil, 2016).

Análise dos Dados

Inicialmente, criou-se um banco de dados no programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) for Windows (versão 22.0). Em seguida, realizaram-se análises estatísticas descritivas para a caracterização da amostra e análise da prevalência de DPM no grupo estudado. Foi utilizado o teste qui-quadrado para a comparação de presença ou ausência de DPM de acordo com as variáveis sociodemográficas, de saúde e laborais, sendo considerado estatisticamente o nível de significância $p \leq 0,05$.

Resultados

A prevalência de DPM nos professores do setor privado do RS foi de 55%. Em relação às variáveis sociodemográficas, que podem ser observadas na Tabela 1, não

houve diferença em relação ao sexo. Contudo, professores mais jovens, com menor grau de instrução, sem cônjuge (solteiro, separado, divorciado, viúvo), sem filhos e com menor renda mensal apresentaram maior prevalência de DPM.

Tabela 1. Prevalência de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) em professores do ensino privado segundo variáveis sociodemográficas, RS, 2015/2016
Table 1. Prevalence of Minor Psychological Disorders (DPM) in private education teachers according to sociodemographic variables, RS, 2015/2016

Variáveis Sociodemográficas	DPM				p
	Sim		Não		
	n	%	n	%	
Sexo					
Feminino	277	38,5	226	31,4	0,509
Masculino	119	16,5	98	13,6	
Faixa etária					
18 anos – 34 anos	124	17,9	55	8,0	<0,000
35 anos – 44 anos	114	16,5	80	11,6	
45 anos – 54 anos	86	12,4	100	14,5	
55 anos – 78 anos	53	7,7	79	11,4	
Escolaridade					
Médio/técnico	1	0,1	2	0,3	<0,000
Superior incompleto	9	1,3	5	0,7	
Superior completo	71	9,9	27	3,8	
Especialização	90	12,6	52	7,3	
Mestrado	141	19,7	124	17,3	
Doutorado	81	11,3	114	15,9	
Situação conjugal					
Solteiro	96	13,3	61	8,5	0,043
Casado/união estável	246	34,2	230	31,9	
Separado/divorciado/viúvo	54	7,5	33	4,6	
Filhos					
Sim	224	31,2	210	29,2	0,023
Não	169	23,5	115	16,0	
Renda mensal					
Até 1 salário mínimo	22	3,1	8	1,1	<0,000
1 até 3 salários mínimos	133	18,5	58	8,1	
3 até 5 salários mínimos	102	14,2	83	11,6	
5 até 8 salários mínimos	92	12,8	96	13,4	
8 até 11 salários mínimos	34	4,7	53	7,4	
Mais de 11 salários mínimos	11	1,5	25	3,5	

Já a Tabela 2 demonstra que, tanto indivíduos que procuraram atendimento psicológico/psiquiátrico no ano anterior a realização da pesquisa, quanto professores com doenças crônicas são significativamente mais acometidos por DPM.

Tabela 2. Prevalência de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) em professores do ensino privado segundo variáveis de saúde, RS, 2015/2016
Table 2. Prevalence of Minor Psychological Disorders (DPM) in private education teachers according to health variables, RS, 2015/2016

Variáveis de Saúde	DPM				
	Sim		Não		P
	n	%	n	%	
Atendimento psicológico/psiquiátrico último ano					
Sim	193	27,0	70	9,8	<0,0001
Não	201	28,1	252	35,2	
Doença crônica					
Sim	155	22,2	94	13,4	0,002
Não	229	32,8	221	31,6	

Na Tabela 3, observa-se que não há diferença na prevalência de DPM entre os professores que exercem função remunerada além da docência e os que não exercem outra função a não ser a docência. Entretanto, há diferença na prevalência de DPM para aqueles docentes que trabalham em mais de uma instituição de ensino e que trabalham somente em uma, sendo que trabalhar em mais de uma instituição de ensino

está relacionado a maior nível de DPM. Além disso, professores com menos tempo de trabalho e que atuam no ensino infantil são mais acometidos por tais distúrbios, assim como aqueles que ficaram afastados do trabalho por mais de 15 dias no ano anterior à realização da pesquisa. Docentes que trabalham entre 30 e 40 horas são os que menos apresentam DPM. Sobre o contexto de trabalho, quanto pior a avaliação desse nas suas três dimensões, maior a prevalência de DPM.

Tabela 3. Prevalência de Distúrbios Psíquicos Menores (DPM) em professores do ensino privado segundo variáveis laborais, RS, 2015/2016
Table 3. Prevalence of Minor Psychological Disorders (DPM) in private education teachers according to labor variables, RS, 2015/2016

Variáveis Laborais	DPM				p
	Sim		Não		
	n	%	n	%	
Nível de ensino de atuação					
Ensino infantil	41	5,7%	14	1,9%	0,04
Ensino fundamental	86	11,9%	42	5,8%	
Ensino médio	60	8,3%	34	4,7%	
Ensino superior	209	29,0%	234	32,5%	
Tempo de trabalho como professor					
1 anos – 5 anos	88	12,4%	58	8,2%	0,03
6 anos – 10 anos	90	12,7%	58	8,2%	
11 anos – 19 anos	101	14,3%	78	11,0%	
20 anos – 50 anos	112	15,8%	123	17,4%	
Carga horária de trabalho semanal					
4 horas semanais – 19 horas semanais	79	11,1%	59	8,3%	0,004
20 horas semanais – 30 horas semanais	123	17,2%	81	11,3%	
30 horas semanais – 40 horas semanais	162	22,7%	173	24,2%	
Mais de 40 horas semanais	27	3,8%	10	1,4%	
Exerce função remunerada além da docência					
Sim	122	17,6	108	15,6	0,489
Não	259	37,3	205	45,1	
Trabalha em outra instituição de ensino					
Sim	131	61,8	81	11,3	0,019
Não	264	52,3	241	33,6	
Afastamento do trabalho por mais de 15 dias					
Sim	43	6,0	21	2,9	0,043
Não	352	49,2	300	41,9	
Relações sócioprofissionais					
Satisfatórias	43	6,5	99	14,0	<0,0001
Críticas	173	24,5	172	24,4	
Graves	170	24,1	45	6,4	
Organização do trabalho					
Satisfatória	20	2,8	45	6,4	<0,0001
Crítica	191	27,1	224	31,8	
Grave	178	25,2	47	6,7	
Condições de trabalho					
Satisfatórias	187	29,8	210	26,5	<0,0001
Críticas	158	12,6	89	22,4	
Graves	45	2,3	16	6,4	

Discussão

A prevalência de 55% de DPM nos professores da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul indica a gravidade do estado de saúde destes trabalhadores. Este número é semelhante ao encontrado nos docentes da rede pública municipal de ensino de Vitória da Conquista/Bahia, onde dos 808 professores de educação infantil e ensino fundamental pesquisados, 55,8% estavam acometidos por DPM (Reis, Carvalho, Araújo, Porto & Neto, 2005). Não é possível afirmar que estes dados representam o mesmo percentual em termos estatísticos, mas chama atenção prevalências de DPM

parecidas mesmo diante de um estudo realizado na rede pública e outro na rede privada. Isto porque socialmente entende-se que os professores do ensino privado exercem suas atividades profissionais com vantagem sobre os docentes da rede pública, uma vez que são integrantes de um sistema de ensino que detém melhores condições financeiras e que, conseqüentemente, concede maior remuneração aos seus funcionários (Carlotto, 2012).

Apesar do nível de adoecimento ser semelhante para professores dos setores público e privado, os motivos de adoecimento parecem ser diferentes. Na rede pública, o surgimento de patologias tende a estar relacionado ao desinteresse dos alunos, a jornada de trabalho excessiva, aos baixos salários e ao maior risco de exposição à violência. Já na instituição privada, os docentes tendem a questionar o excesso de cobranças (Borba et al., 2015), as quais podem ter relações com a mercantilização do ensino e com o aumento de demandas. Neste sentido, entre as principais mudanças no modo de trabalhar docente estão o enxugamento da estrutura administrativa no intuito de cortar custos, levando ao professor a cobrança por competências multiprofissionais e ao trabalho extra, o que exige uma dedicação muito além da sala de aula (Cericato, 2016). Dentre os estudos com docentes do ensino privado, a presente pesquisa é que a apresenta a maior prevalência de DPM quando comparada as duas pesquisas encontradas realizadas com público similar. Uma delas foi realizada em Vitória da Conquista/Bahia e 250 professores de dez escolas que atuavam desde a pré-escola até o ensino médio apresentaram prevalência de 41,5% de DPM (Delcor, Araújo, Reis, Porto, Carvalho, Silva, Barbalho e Andrade, 2004). No outro estudo, realizado na rede particular de Salvador/Bahia, 573 professores apresentaram 20,1% de TMC (Araújo, 2003). Portanto, o nível de DPM dos professores da rede privada de ensino do Rio Grande do Sul é preocupante. Tanto que está acima da população em geral (Tavares et al., 2011), uma vez que dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001) do início do século indicavam uma prevalência de TMC em torno de 25%, abrangendo todas as faixas etárias, nacionalidades e condições socioeconômicas e culturais em algum momento da sua vida. Ou seja, há 15 anos a OMS já sinalizava

preocupação com tal diagnóstico e esta realidade parece estar se agravando a invés de se abrandar.

Provavelmente os docentes da educação infantil são aqueles que estão mais adoecidos em função do grau de exigência daqueles para os quais prestam seu serviço. Ou seja, as crianças que atendem frequentemente necessitam auxílio dos professores para realização da maioria das tarefas, o que faz com que os profissionais sejam bastante requisitados em seu local de trabalho. Sabe-se que trabalhadores que estabelecem contato direto com seu público são os que mais tem probabilidade de serem altamente demandados e, por conseguinte, apresentarem mais chances de experimentar sentimentos de incapacidade diante de determinadas situações que permeiam a rotina de trabalho (Gil-Monte, 2002). Isto porque quanto mais se é demandado, maior a chance de não atingir as expectativas próprias e de quem requisita o profissional. Além disto, estes professores são os que recebem menor remuneração e costumam ter menor exigência de qualificação para exercer a profissão.

Não apenas no Brasil o adoecimento mental de professores da educação infantil é significativo. Um estudo realizado com 366 professores deste nível de ensino da Austrália evidenciou que 41,7% dos professores apresentam níveis moderados a severos de estresse. O sofrimento psicológico foi relacionado com a percepção de desequilíbrio entre o esforço empreendido para a realização do trabalho e a recompensa fornecida pelo mesmo. A percepção de insegurança no emprego e de dificuldade para conseguir uma nova colocação no mercado também foi associada negativamente ao bem-estar psicológico. Por outro lado, os professores que percebiam maior suporte social e segurança no emprego tiveram melhores índices de bem-estar (Corr, Cook, LaMontagne, Waters e Davis, 2015).

Em relação ao tempo de trabalho na atividade de docência, pensa-se que a prevalência de DPM é maior em profissionais com menos tempo de atuação devido à dificuldade para lidar com os estressores da profissão, os quais apresentam-se como situações novas para os mais jovens na carreira docente. É possível que professores com mais anos de atuação já tenham vivenciado diversas e distintas circunstâncias, o

que pode fazer com que possuam mais alternativas para lidar com problemas e sintam-se mais preparados e tranquilos para suportar as exigências da profissão. Na amostra, os professores mais jovens de idade são também os mais novos na profissão, o que possivelmente reforça a relação quanto à presença de TMC nos professores mais jovens, que por consequência, têm menos maturidade e menos tempo de atuação na profissão.

Acredita-se ainda que o fato de trabalhar com menor carga horária e em mais de uma instituição de ensino estão diretamente relacionados. Isto porque os docentes do setor privado seguidamente são contratados para ministrar determinado número de disciplinas, que compõe a carga horária que deverão se fazer presente em sala de aula. Contudo, dentro desta carga horária geralmente não há acréscimos para outras funções que envolvem o seu trabalho, como preparação de aulas e de avaliações, correções de avaliações, reuniões, entre outros (Guareschi, Guareschi, & Genro, 2013). Como a remuneração que recebem seguidamente não é suficiente para arcar com seus gastos, eles optam por exercer atividades profissionais em mais de um local (Chaves e Fonsêca, 2006). Ao trabalhar em mais de um local, os professores devem atender as demandas das duas instituições dentro e fora da sala de aula, o que faz com que, consequentemente, aumente a cobrança, e diminua o tempo livre e disponível para lazer.

A avaliação mais negativa do Contexto de Trabalho, avaliada pelas dimensões Organização do Trabalho, Relações Socioprofissionais e Condições de Trabalho, também se mostrou associada ao maior risco para desenvolver DPM, indicando que essas questões necessitam ser avaliadas e consideradas no planejamento de melhorias que impactem na saúde docente. Segundo a teoria da Psicodinâmica do Trabalho (De Freitas e Facas, 2013), o Contexto de Trabalho, nas suas três dimensões, vai exercer um efeito na dinâmica de prazer e sofrimento, as quais vão influenciar tanto no sentido dado ao trabalho, como na saúde mental. Esta relação entre trabalho e saúde mental, vai ser resultado da interação entre as condições subjetivas (dos sujeitos) e as objetivas (da realidade de trabalho). Pode-se observar que dentro da avaliação do Contexto de

Trabalho, a variável “Condições de Trabalho” foi a que teve menor frequência de professores com DPM. Esta está relacionada à infraestrutura do local de trabalho, incluindo os equipamentos e materiais disponíveis para o desenvolvimento das atividades, estas questões costumam ser mais satisfatórias na rede privada, já que são requisitos visíveis e importantes na escolha de um local para matrícula do estudante. Já a Organização do Trabalho (relacionada a práticas de gestão, divisão do trabalho, produtividade esperada, prazos e características das tarefas) está diretamente associada à cobrança por resultados e ao excesso de demandas, fatores mais presentes no contexto privado atual. E que foram acentuados pela mercantilização do ensino, já que se tem um número maior de alunos em sala de aula e a cobrança por aprovação. Por último, as relações socioprofissionais no âmbito privado, muitas vezes, podem estar pautadas em exigências advindas de superiores (com ameaça de demissão) e na competitividade entre os colegas. Em um estudo (Martins e Honório, 2014) realizado em uma instituição privada de ensino superior em Minas Gerais, foi encontrada uma associação significativa entre o sofrimento, o esgotamento profissional e as relações socioprofissionais. O mesmo estudo apontou que o controle e a vigilância, tanto dos colegas como por parte da instituição, foram destaque nessa associação, sugerindo que a menor autonomia e a competitividade têm sido presentes no meio educacional, acarretando em consequências negativas para a saúde mental.

Os resultados aqui encontrados remetem a uma reflexão pontual em decorrência de qualidade de vida, crises econômicas e outros fatores que afetaram o mercado de trabalho. Com o agravamento desses fatores, pôde-se identificar que os transtornos mentais se tornaram mais presentes na categoria profissional docente.

Considerações Finais

Este estudo objetivou verificar a prevalência e os fatores associados aos distúrbios psiquiátricos menores (DPM) em docentes do ensino privado no Rio Grande do Sul/Brasil. A prevalência de DPM nos professores estudados foi de 55%. Em relação às variáveis sociodemográficas, professores mais jovens, com menor grau de instrução,

sem cônjuge (solteiro, separado, divorciado, viúvo), sem filhos e com menor renda mensal apresentaram maior prevalência de DPM. Sobre as variáveis de saúde, participantes que procuraram atendimento psicológico/psiquiátrico no ano anterior a realização da pesquisa e com doenças crônicas possuíam mais chances de desenvolver DPM. Já a respeito das variáveis laborais, os maiores níveis de DPM estão entre aqueles que trabalham em mais de uma instituição de ensino, possuem menos tempo de trabalho, atuam no ensino infantil, ficaram afastados do trabalho por mais de 15 dias no ano anterior à realização da pesquisa, trabalham menos de 30 ou mais de 40 horas, avaliaram o contexto de trabalho de maneira crítica.

Os resultados relativos ao adoecimento mental dos professores da rede privada do Rio Grande do Sul/Brasil são preocupantes e requerem atenção, pois a prevalência de DPM encontrada no grupo estudado é elevada e superior a outros estudos. É visível que o contexto de trabalho docente adquiriu fontes estressoras, tais como, maior sobrecarga de atividades, menor autonomia e a necessidade de ter mais de um emprego para compensar as perdas salariais vivenciadas pela categoria ao longo das crises econômicas e trabalhistas brasileiras. Além disso, os agravos à saúde têm aumentado em função de políticas educacionais e trabalhistas cada vez mais restritivas.

Sabe-se que a avaliação do DPM é um indicativo de sofrimento no trabalho. Não é possível determinar um diagnóstico. Essa é uma limitação deste estudo, que não permite afirmar que os professores estão psicologicamente adoecidos, mas sim que eles estão em um processo de desencadeamento das psicopatologias relacionadas aos DPM. Além disso, esta pesquisa apresenta a limitação de considerar em sua amostra somente professores do ensino privado. Acredita-se que professores do ensino público também podem estar em sofrimento e seria interessante conhecer os motivos, sendo possível comparar os fatores de adoecimento dos docentes do setor público e do setor privado.

Destaca-se a necessidade de ampliar as políticas públicas e os serviços de promoção de saúde voltados a esses profissionais, buscando prevenir o aumento do

adoecimento de docentes, tais como o DPM investigado nessa pesquisa. A partir dos resultados desse estudo, foi desenvolvida uma cartilha informativa voltada para auxiliar os professores na identificação do adoecimento mental bem como na promoção de saúde mental relacionada ao trabalho. Algumas recomendações fundamentais para a manutenção da saúde mental são realizadas para os gestores também, por exemplo, a valorização de espaços e tempo para o diálogo, buscando conhecer as necessidades e opiniões dos professores. Ao cuidar da saúde mental dos professores, este cuidado será entregue também aos alunos e à comunidade escolar. A mesma encontra-se disponível no site do Sinpro/RS, por meio do link: https://www.sinprors.org.br/arquivos/12_7_2016_sinpro_cartilha_on_line_2.pdf.

Referências

- ARAÚJO, T. M. 2010. Uso do *Job Content Questionnaire* na Avaliação dos Aspectos Psicossociais do Trabalho e Saúde Mental: Resultados de um Estudo com Professores. In: D. M. R., GLINA, L. E., ROCHA. *Saúde Mental no Trabalho da Teoria à Prática*. São Paulo, Editora Roca Ltda., p. 139-159.
- ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M. 2009. Condições de trabalho docente e saúde na Bahia: estudos epidemiológicos. *Educação & Sociedade*, **30**: 427-449. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/07.pdf> Acesso em 15.03.2018.
- ARAÚJO, T. M. 2003. Trabalho docente e sofrimento psíquico: um estudo entre professores de escolas particulares de Salvador, Bahia. *Revista da FAEEBA*, Salvador, 12: 485-495.
- BRASIL. Resolução nº 466/12, de 12 de dezembro de 2012. Conselho Nacional de Saúde. Brasília/DF, 2012. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html Acesso em: 15.03.2018.
- BALDAÇARA L.; SILVA A.L.; CASTRO J.G.D.; SANTOS G.C.A. 2015. Sintomas psiquiátricos comuns em professores das escolas públicas de Palmas, Tocantins, Brasil. Um estudo observacional transversal. *Jornal Médico de São Paulo*, **133**:435-84
- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Conselho Nacional de Saúde. Brasília/DF, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/reso510.pdf> Acesso em: 15.03.2018.
- BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.

- Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 10.03.2018.
- BORBA, B. M. R.; DIEHL, L.; SANTOS, A. S.; MONTEIRO, J. K.; MARIN, A. H. 2015. Síndrome de Burnout em professores: estudo comparativo entre o ensino público e privado. *Psicologia Argumento*, Paraná, **33**: 270-281, 2015. Doi: 10.7213/psicol.argum.33.080.AO04. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/PA/pdf/?dd1=16146> Acesso em 15.03.2018.
- CAMARGO, D. 2012. *O abolicionismo escolar: reflexões a partir do adoecimento e da deserção dos professores*. São Paulo, SP, Doutorado. Universidade de São Paulo, 123 p.
- CARLOTTO, M. S. 2012. *Síndrome de Burnout em professores: avaliação, fatores associados e intervenção*. Porto, Portugal: LivPsic.
- CERICATO, I. L. 2016 A profissão docente em análise no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Rev. bras. Estud. pedagog. (online)*, Brasília, **97**: 273-289, maio/ago. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/373714647> Acesso em 12.02.2018.
- CHAVES, S. S. S.; FONSÊCA, P. N. 2006. Trabalho docente: Que aspectos sociodemográficos e ocupacionais predizem o bem-estar subjetivo? *Psico*, Porto Alegre, **37**: 75-81.
- CORR, L.; LAMONTAGNE, A. D.; COOK, K.; WATERS, E.; DAVIS, E. 2015 Associations between Australian early childhood educators' mental health and working conditions: A cross-sectional study. *Journal of Early Childhood*, **40**: 69-78. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/321879384_Early_childhood_educator_mental_health_Performing_the_National_Quality_Standard Acesso em 15.03.2018.
- CUNHA, T. N. B.; CUNHA N. C. 2015. Intensificação do Trabalho Docente no Ensino Superior: Significados e Condições. *Cadernos da Fucamp*, Monte Carmelo, **15**: 23, 22-40. Disponível em <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/766/546> Acesso em 25.03.2018.
- DAMÁSIO, B. F.; MELO, R. L. P.; SILVA, J. P. 2013. Sentido de Vida, Bem-Estar Psicológico e Qualidade de Vida em Professores Escolares. *Paidéia*, Ribeirão Preto, **23**: 73-82. Doi: 10.1590/1982-43272354201309. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v23n54/0103-863X-paideia-23-54-00073.pdf> Acesso em 15.03.2018.
- DELCOR, N.S.; ARAÚJO, T. M.; REIS, E. J. F. B.; PORTO, L. A.; CARVALHO F. M.; SILVA, M. O.; BARBALHO L.; ANDRADE J. M. 2004. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, **20**: 187-196. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000100035 Acesso em 15.03.2018.

- DIEHL, L.; MARIN, A. H. 2016. Adoecimento mental em professores brasileiros: revisão sistemática da literatura. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, **2**: 64-85. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072016000200005 Acesso em 15.03.2018.
- DE FREITAS, L. G.; FACAS, E. P. 2013. Vivências de prazer-sofrimento no contexto de trabalho dos professores. *Estudos e pesquisas em psicologia*, **13**: 7-26.
- GIL-MONTE, P. R. 2002. Influencia del género sobre el proceso de desando de síndrome de quemarse por el trabajo (burnout) en profesionales de enfermería. *Psicologia em Estudo*, Maringá, **7**: 3-10.
- GONÇALVES, D. M.; STEIN, A. T.; KAPCZINSKI, F. 2008. Avaliação de desempenho do *Self-Reporting Questionnaire* como instrumento de rastreamento psiquiátrico: um estudo comparativo com o *Structured Clinical Interview for DSM-IV-TR*. *Caderno de Saúde Pública*, **24**: 380-390. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n2/16.pdf> Acesso em 15.03.2018.
- GRECO, P. B. T.; MAGNANO, T. S. B. S.; URBANETTO, J. S.; LUZ, E. M. F.; PROCHNOW, A. 2015. Prevalência de distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Enfermagem*, **68**: 93-101.
- GUARESCHI, P.A.; GUARESCHI, N. M. F.; GENRO, M. E. H. 2013. Sob a espada de Dâmocles. In: M. J. Fuhr (Org.), *Sob a espada de Dâmocles: relação dos professores com a docência e ambiente de trabalho no ensino privado*. Porto Alegre: Carta Editora, pp. 20-28.
- LDB. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: 9394/96. Editora Vozes, Brasília, 1996. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em 25.03.2018.
- MACAIA, A. A. S.; FISCHER, F. M. 2015. Retorno ao trabalho de professores após afastamentos por transtornos mentais. *Saúde e Sociedade*, **3**: 841-852.
- MARI, J. J.; WILLIAMS, P. 1986. A validity study of a psychiatric screening questionnaire (SRQ-20) in primary care in the city of São Paulo. *The British Journal of Psychiatry*, **148**: 23-26.
- MARTINS, A. A. V.; HONÓRIO, L.C. 2014. Prazer e sofrimento docente em uma instituição de ensino superior privada em Minas Gerais. *Organizações & Sociedade*, **21**: 835-851. <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302014000100005>
- MENDES, A. M.; FERREIRA, M. C. 2007. Inventário sobre Trabalho e Risco de Adoecimento- ITRA: Instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, A. M. (Eds.), *Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 111-126.
- MENDONÇA, H.; FERREIRA, M. C.; CAETANO, A.; TORRES, C. V. 2014. Cultura Organizacional, Coping e Bem-Estar Subjetivo: um Estudo Com Professores de Universidades Brasileiras. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Brasília, **14**: 230-244.

- OMS - Organização Mundial da Saúde. 2001. O Relatório Mundial de Saúde 2001 - Saúde Mental: Novo Entendimento, Nova Esperança. Disponível em https://www.who.int/whr/2001/en/whr01_en.pdf?ua=1. Acesso em: 18.01.2018.
- REIS, E. J. F. B.; CARVALHO, F. M.; ARAÚJO, T. M.; PORTO, L. A.; NETO, A. M. S. 2005. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, **21**: 1480-1490.
- SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. B. P. 2013. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 624 p.
- SANTOS, K. O. B.; ARAÚJO, T. M.; OLIVEIRA, N. F. 2009. Estrutura fatorial e consistência interna do *Self-Reporting Questionnaire* (SRQ-20) em população urbana. *Cadernos de Saúde Pública*, **25**: 214-222.
- SILVA, L. G.; SILVA, M. C. 2013. Condições de trabalho e saúde de professores pré-escolares da rede pública de ensino de Pelotas, RS, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, **18**: 3137-3146. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232013001100004>
- SILVA, A. F.; MAIA, M. F. M.; LIMA, C. A. G.; GUEDES, I. T.; PEDREIRA, K. C.; SILVA, D. A. S.; PETROSKI, E. L. 2017. Fatores que prevalecem ao esgotamento profissional em professores. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, **25**: 333-339.
- SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO PRIVADO DO RIO GRANDE DO SUL. 2017. Programa promove apoio a professores em fase de rescisão. Disponível em: https://www.sinprors.org.br/idiomas/noticias.asp?id_noticia=2824&key_noticia=40i2B6H831VK028Yc1IA. Acesso em 20.02.2018.
- SILVA, T. R.; CARVALHO, E. A. 2016. Depressão em Professores Universitários: Uma Revisão da Literatura Brasileira. *UNINGÁ Review*, **28**: 113-117.
- TAVARES J. P.; BECK C.L.C.; MAGNANO T.S.B.S.; GRECO P. B.T.; PRESTES F. C.; SILVA R. M. 2011. Produção científica sobre os distúrbios psíquicos menores a partir do Self Report Questionnaire. *Revista de Enfermagem da UFSM*, **1**: 113-23.

Recebido em: 10.04.2018

Aceito em: 22.03.2019